

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

O Liberal

Class.:

19

Data

15/11/83

Pg.:

Programas para ocupação da Amazônia foram inviáveis

Os instrumentos de política utilizados pelo Estado no campo da migração, só têm contribuído para criar condições necessárias ao maior desempenho da acumulação do capital. Na Amazônia, refletindo esta política, o Estado procura incentivar as atividades que favoreçam esta expansão, em detrimento da população local. Uma prova disto é o Programa de Integração Nacional (PIN), que não cumpriu nenhuma das metas a que se propunha. O PIN pretendia, por exemplo, assentar, na Transamazônica, 100 mil famílias, até 74, e um milhão, até 80. Mas, até hoje, só conseguiu realizar o assentamento de sete mil famílias em todo o país.

Estas, basicamente, foram as idéias transmitidas pela assistente social Alice Melo, ao participar, ontem, da mesa redonda "O Estado e os Movimentos Migratórios" realizada pela manhã, na Faculdade de Medicina, dentro do I Seminário Nacional de Serviço Social do Meio Rural. O encontro, que começou no último sábado, será encerrado hoje, com uma sessão Plenária, às 19 horas. Ontem, da mesa redonda participaram Alice Melo, do Pará; Jean Hebette, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e Ricardo Hernani Pires, sociólogo do Ministério do Interior, no Distrito Federal.

Programas não resolvem

Segundo Alice Melo, o PIN foi uma política para ocupar a Amazônia, sem ferir a estrutura social vigente no país, especialmente no Nordeste. Ela chegou a citar três dos objetivos do programa, para mostrar que ele não conseguiu cumprir nenhuma de suas metas. O primeiro, o de deslocar a fronteira agrícola, incentivando a colonização; o segundo, de fixar no campo a mão-de-obra desempregada e subempregada e, o último, o de facilitar o acesso às regiões de

mineração. Neste sentido, foram destinados 311 milhões, 265 mil e 300 hectares para colonização na Amazônia, e os camponeses foram sendo empurrados para a Região.

"Só que quando eles chegaram aqui — observou — já se encontravam na Região grandes empresas e para eles não havia mais lugar". Ela define o período de 70 a 74 como aquele da colonização oficial e o pós-74 como um período voltado para a atração de grandes empresas de colonização. Como resultado deste comportamento, enfatizou, existem hoje na Região 18 empresas de colonização, a maior parte das quais em Mato Grosso, e que nada mais fazem a não ser especular com a terra. Os programas atuais executados neste campo, afirmou, não apenas paliativos e não resolvem a situação do migrante, que continua fora do mercado de trabalho.

Mais críticas ao Governo

Por seu turno, Ricardo Hernani, do Minter, explicou os programas e o Governo Federal, de apoio aos migrantes, fazendo uma pequena explanação de como se dão as correntes migratórias. Disse ele que, no Censo de 80, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se que, na década de 70, um terço da população brasileira já havia se deslocado de seu lugar de origem. Os polos de concentração se deslocado de seu lugar de origem. Os polos de concentração continuavam a ser o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e a Região Norte foi a que apresentou a maior participação, em termos relativos, no recebimento destas correntes.

Em termos absolutos, continuou sendo o Sudeste, encabeçado por São Paulo, que abrigou o maior número de migrantes, detendo hoje 43 por cento do total de migrantes do país. Observou que o Sul se equipara hoje ao Nordeste, em termos de perda de popula-

ção por migração. E, após falar sobre o Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, que objetiva impedir a expansão das migrações por expulsão, criticou a maneira como se está encaminhando o programa, afirmando que não é exatamente a maneira que havia sido planejada pelos técnicos. Disse ainda que os resultados para localizar a população em áreas de fronteiras, têm tido resultados insatisfatórios e que a tendência é que as migrações continuem sendo para os grandes centros.

O Estado no capitalismo

Último a falar, Jean Hebette discorreu sobre as funções do Estado no sistema capitalista, citando, entre elas, a criação de condições para a produção, a defesa do sistema de leis; a amenização dos conflitos entre trabalho e capital e a promoção e preservação da existência e expansão do capital nacional no mercado capitalista mundial. Segundo ele, nada disso revela o âmago da questão e apenas a aparência do Estado, encobrendo as relações sociais de fato existentes. Criticou ainda os mecanismos utilizados pelo Estado, em relação à política migratória, afirmando que eles apenas favorecem a concentração das terras e a diminuição do espaço global para os colonos.

O I Seminário Nacional de Serviço Social no Meio Rural, que conta com mais de 200 participantes, será encerrado hoje a noite. Pela manhã haverá um painel sobre a organização do trabalhador e suas entidades de classe, com a participação de Romélia Hyden de Farias, assistente social do Amazonas; que falará sobre o assistente social e a organização do trabalhador; do lavrador José Siqueira, que falará sobre o trabalhador e suas entidades de classe e do economista Jaime Teixeira, que discorrerá sobre o sindicalismo rural.